

A JUVENTUDE MATO-GROSSENSE E AS INICIATIVAS PÚBLICAS DE REDUÇÃO E PREVENÇÃO DOS CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR

Autora: Maria do Horto Salles Tiellet

Coautora: Maria da Penha Fornanciani Antunes

Coautor: José Ferreira da Costa

Universidade do Estado de Mato Grosso

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT)

INTRODUÇÃO

No texto em pauta apresentam-se os resultados parciais da pesquisa em desenvolvimento: Políticas públicas de redução e prevenção dos conflitos e da violência em ambiente escolar do Estado de Mato Grosso, no período de 2003-2009, e seus reflexos nas escolas estaduais do município de Cáceres/MT.

A violência, de maneira geral, tem tido espaço crescente no rol das preocupações e no aumento da sensação de insegurança da população, além de ser considerada um dos grandes problemas a serem enfrentados pelos gestores públicos. O enfrentamento da violência, de modo geral, inclui-se no contexto mais amplo das políticas públicas relacionadas à segurança, enquanto direito constitucional que possui dois aspectos a serem considerados: um relacionado à proteção do território nacional, e se refere às ameaças externas, ao ataque de indivíduos, grupos ou nações; o outro diz respeito à segurança interna ou à segurança pública¹.

A segurança pública é dever da polícia e dos órgãos de justiça que têm o objetivo de prevenir e reprimir comportamentos criminosos e danosos tanto aos interesses do Estado quanto à integridade física, moral e patrimonial dos cidadãos. Entretanto, segurança e polícia não são sinônimos. As ações de segurança pública não se esgotam na atuação do aparelho policial (Câmara, 2003; Oliveira, A. 2002; Sabadell, 2002; Zacchi, 2002), porém, a concepção de segurança pública define a atuação policial junto à população.

A criminalidade e a violência são conceitos que se definem histórica e culturalmente e nesse aspecto influenciam as várias concepções e visões sobre a segurança pública. O

¹ Segurança como dever do Estado, instituída pelo art. 144 da Constituição Federal, é exercida para a preservação da ordem pública, a conservação do patrimônio e a garantia dos direitos individuais e coletivos.

conceito de segurança pública tradicionalmente está relacionado à repressão que, nessa perspectiva, diz respeito ao controle social. Mas, gradativamente, instituições civis e acadêmicas despertaram para o estudo e o monitoramento da violência e da segurança pública, sugerindo discussões sob a perspectiva do conceito de segurança. Nesse sentido, destaca-se o estudo de Dornelles (2001) em que o autor comparou duas concepções de segurança pública: o eficientismo penal, da lei e da ordem, concentrado nas ações repressivas que utiliza métodos violentos e ilegais contra a população e; o garantismo constitucional, baseado no respeito aos direitos humanos e aos princípios do estado democrático de direito.

Avançando sobre a discussão proposta por Dornelles (2001), destaca-se o estudo de Graziano Sobrinho (2007)² que propõe distinções conceituais entre políticas públicas de segurança (direitos humanos) e políticas de segurança pública (controle social).

As discussões de João Ricardo Wanderley Dornelles e de Sérgio Francisco Carlos Graziano Sobrinho são interessantes, à medida que através dela pode-se questionar qual das concepções sustenta as práticas discursivas que está na base da formulação das políticas públicas de redução e prevenção dos conflitos nas escolas públicas do Estado de Mato Grosso?

Nos discursos sobre as políticas de segurança está presente o conceito de prevenção, que significa enfraquecer as ações criminosas e as ameaças aos bens individuais e coletivos, diminuindo o sentimento de insegurança; e associando-a ao aumento do contingente policial, a penas mais rígidas, mais presídios, como se essas ações, por si só, controlassem ou diminuíssem a criminalidade e a violência. Ao mesmo tempo que há o reconhecimento de que medidas estritamente repressivas “e implementadas exclusivamente pelas instituições tradicionais de combate ao crime – polícia, justiça, sistema carcerário – têm-se demonstrado pouco eficaz para inibir o crescimento da criminalidade, tanto no Brasil como em outros países” (Kahn, 2002, p.9).

Nas discussões referentes aos motivos geracionais da criminalidade e das violências estão: o desemprego, a pobreza, e a família desestruturada, o que parece recair a responsabilidade tão-somente sobre o indivíduo. E em meio às discussões do aumento

² Percebe que as contemporâneas estratégias de poder tendem a implementar rigorosas políticas de segurança pública de perfil cada vez mais autoritário, tipicamente de ‘combate’ e de ‘exclusão’, contando com mecanismos de intervenção estatal que não refletem ou não significam, diretamente, melhoria na garantia dos direitos fundamentais, mas atentam contra os mesmos, provocando efeitos em sentido inverso – mais violência e exclusão social (GRAZIANO SOBRINHO, 2007, p.8).

crescente da criminalidade e das ações para o enfrentamento da violência está a população jovem, que é a mais afetada.

Os jovens das classes menos favorecidas, aqueles que estão entre os 16 milhões que se encontram em extrema pobreza, e podem jamais ocupar uma vaga no mercado formal, não são oferecidas políticas que lhes deem alternativas e possam fazer escolhas que os afastem dos atos de transgressão. As políticas públicas para a juventude são inexpressivas, não se constituem em proteção a esses jovens, nem são suporte estratégico e operacional no combate à criminalidade e à violência.

Sob a perspectiva de prevenção, encontra-se a ideia de que a melhoria das condições de segurança pública surtirá efeito se for acompanhada de medidas de alcance social (Jesus, 2003), de combate ao desemprego, à pobreza, à fome assim como a má oferta e qualidade do atendimento à saúde, à educação, à moradia a população³. Problemas sociais precisam ser considerados fator de segurança pública e articulá-los como prioridade do Estado, integrá-los como política de prevenção e redução da violência e da criminalidade. O atendimento às necessidades sociais pode ser o suporte estratégico e operacional no combate à violência e à criminalidade, entretanto, essas são relegadas ao segundo plano, predomina às medidas repressivas.

De nada adiantará aumentar os muros das casas e envolvê-las com cercas elétricas, nem usar carros blindados como proteção se não houver uma modificação no quadro social. A violência e a criminalidade frente aos muros altos e às câmaras de vigilância criarão situações, fórmulas de ultrapassar os obstáculos tecnológicos ou humanos (PASCHOAL; FERRARI, 2003). Enquanto a violência se restringe às classes menos favorecidas e aos moradores das periferias dos grandes centros urbanos, no imaginário social, é bandido matando bandido. Porém, quando a violência afeta pessoas das classes sociais mais privilegiadas, medidas concretas passam a ser tomadas (GOMES, 2003), e um olhar mais atento das autoridades volta-se a periferia, para a miséria, para a juventude. Por alguns segundos, há mobilização da sociedade para a redução do problema, substituindo, muitas vezes, as ações de governo, mas logo esquecidas e desmobilizadas pela falta de estrutura, recursos, de apoio. Permanece somente o eco de uma parte da sociedade clamando por mais repressão, por atitudes mais duras de policiais e da justiça.

³ A população mais carente, sem direito à saúde, à moradia digna, à oportunidade de trabalho, muitas vezes afronta o patrimônio público, danificando escolas (...) atitudes que podem ser compreendidas como uma tentativa desesperada de chamar a atenção do Estado e da sociedade para sua existência, ou melhor, sobrevivência (PASCHOAL; FERRARI, 2003, p.150).

A ideia é de que a prevenção não seja somente de responsabilidade da instituição policial, mas tarefa compartilhada com vários setores do governo e da sociedade civil. Nessa perspectiva, a escola pode ser um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações de enfrentamento da violência e da criminalidade, não porque sobre a juventude recaia o peso e a responsabilidade pelo aumento da criminalidade e da violência na sociedade, mas porque a escola é um espaço institucional que reúne a maioria dos jovens, é um espaço de educação, onde se destaca, entre os objetivos do ensino, a capacidade de compreender a cidadania⁴.

As ações governamentais de redução e prevenção dos conflitos no ambiente escolar se efetivaram a partir do reconhecimento das manifestações de violência na escola, pela UNESCO, em 2001. O documento de Cochabamba indicou a necessidade de um olhar mais atento das autoridades para o interior dos estabelecimentos de ensino e da definição de diretrizes políticas educacionais para o enfrentamento do problema. O reconhecimento da violência no meio escolar pela UNESCO, somente em 2001, talvez se deva pela dificuldade de aceitar-se o binômio – escola/violência -, quando, tradicionalmente, a escola é reconhecida, como antítese da violência (TIELLET; CORSETTI, 2009), lugar de paz e segurança.

Os atos de violência sejam os que ocorrem fora do espaço escolar ou aqueles que ocorrem no interior dos estabelecimentos de ensino têm tido visibilidade, reacendendo a discussão sobre a maioridade penal. Mas, nem sempre a tipologia quanto os índices de violência no meio escolar correspondem à violência sofrida e exercida pelos jovens além dos muros escolares e também não há estudo que estabeleça associação entre violência urbana e violência escolar (WASELFISZ, 1998).

As manifestações que ocorrem no interior dos estabelecimentos de ensino não são da mesma tipologia associada à violência urbana, embora essa possa ocorrer na escola, ou em qualquer local. A violência no meio escolar pode ter sua origem extramuros, especialmente dos estabelecimentos de ensino públicos, ou pode expressar ações que nascem intramuros, fruto do ambiente pedagógico (GONÇALVES & SPOSITO, 2002). Partindo-se desse pressuposto, optou-se por categorizar as manifestações que ocorrem no interior dos estabelecimentos de ensino como conflitos.

⁴ Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres, civis e sociais, adotando no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; [...] Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas (PCNs,1997,p.6)

O conflito na escola, na qualidade de categoria, expressa duas dimensões: uma, na qual se incluem os conflitos pessoais e, por vezes, a indisciplina que pode ser reação de insatisfação, de desconforto, de provocação e que não objetivam negar ao outro espaço de pertencimento, excluí-lo, ou eliminá-lo, como objetivam as ações que vão compor a outra dimensão, denominada “*desregulamento*”⁵: *microviolência*⁶ e a violência propriamente dita.

A violência, por sua vez, é definida pelo conjunto normativo do país — homicídios, lesão corporal, estupro, entre outros. Essa tipologia, como se disse anteriormente, não ocorre com grande frequência nos estabelecimentos de ensino, o que não significa que não ocorra ou não possa variar em frequência e gravidade, dependendo das motivações, do perfil dos envolvidos e dos instrumentos usados para tal.

MÉTODO

No estudo em pauta tem-se o objetivo de definir a concepção de segurança expressa nas políticas públicas de redução e prevenção dos conflitos e da violência no ambiente escolar, enquanto espaço em que se concentra a população entre seis e 18 anos de idade que pode sofrer e exercer violência. Para tanto, realizou-se levantamento das iniciativas de segurança implantadas e implementadas nas escolas públicas estaduais do Estado de Mato Grosso, por duas Secretarias de Estado: Educação (SEDUC) e de Segurança (SEJUSP). As informações e os dados foram obtidos utilizando-se de documentos públicos oficiais— decretos, circulares, editais e termos de cooperação — formulados pelos órgãos de segurança e/ou pelos gestores educacionais, elaborados no período de 2003 a 2009. Foram incluídos dados estatísticos elaborados por instituições particulares ou públicas: dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mapas da Violência apoiados e financiados pelo Ministério da Justiça, Anuários Estatísticos de Mato Grosso e Relatórios de Avaliação dos

⁵ Termo utilizado por Jean-Marie Muller (1995).

⁶ O fenômeno da microviolência deve ter a devida atenção por parte dos professores e das políticas públicas tanto quanto a violência. As ações de microviolência se caracterizam não só pelo não uso da força, mas por um conjunto de ações repetitivas ou não, executadas por um indivíduo ou grupo, expressas em pequenas perversões — beliscões, empurrões, insultos, apelidos, gestos obscenos em atitudes de desrespeito, agressões verbais, gozações, implicâncias, provocações, ameaças, intimidações, palavras racistas e de desprezo — podendo utilizar o barulho, a sujeira, a impolidez para constranger, humilhar e deixar a vítima acuada, sem possibilidade de reação. O conjunto dessas ações relacionadas à categoria microviolência solapa e mina as defesas do sujeito e da cidadania. São pequenas infrações, pequenos delitos que, mesmo em suas formas mais insignificantes, aumentam o sentimento de insegurança na comunidade onde ocorrem e também o sentimento de impotência e desamparo das vítimas. São ações que não doem, não causam a morte física e não sangram, mas não deixam de ser perigosas (TIELLET, 2012, p. 152).

Planos Plurianuais do Ministério da Educação e do Ministério da Justiça. Também se consideraram confiáveis as informações dos *sites* oficiais (SECOM, SEDUC, SEJUSP) do governo do Estado de Mato Grosso.

RESULTADOS PARCIAIS

O Mato Grosso ocupa 10,55% do território brasileiro, é o terceiro estado em dimensão territorial, possui uma população residente de 3.035.122 pessoas distribuídas em 141 municípios (IBGE, 2010). Na faixa etária entre zero e 29 anos há 1.634.210 pessoas, e na faixa etária de 30 anos em diante somam 1.400.912 (IBGE, 2010).

Dados também têm apontado o crescimento do Estado, mas crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento social. No Mato Grosso há o aumento da desigualdade manifestada no movimento de crianças e adolescentes vagando pelas ruas das cidades, adultos sem teto, famílias em condição de vulnerabilidade social e, em consequência, a violência, em que as maiores vítimas são jovens entre 15 a 24 anos de idade cuja taxa de homicídios é de 47%. Percentual bem maior que a dos não jovens que é de 28,2%, de acordo com Waiselfisz (2011), *Mapa da violência 2011: Os Jovens do Brasil*. Nesse estudo, Mato Grosso, no ano de 2008, posicionou-se no 14º lugar no ranking das unidades da federação e no ranking das capitais, Cuiabá, encontrava-se no 18º lugar em homicídios de jovens.

Em outro estudo de Waiselfisz (2010), *Mapa da Violência de 2010: Anatomia dos Homicídios no Brasil*, a taxa de homicídio de crianças e adolescentes (população de 0 a 19 anos) no ranking das unidades de federação posiciona Mato Grosso na décima segunda posição. Entre as duzentas cidades brasileiras mais violentas, no ranking do índice de homicídios de crianças e adolescentes, encontram-se as cidades mato-grossenses de Rondonópolis (13º); Novo São Joaquim (116º); Sinop (126º); Cuiabá (153º) e Campo Novo do Parecis (156º) e, no estudo *Índice de Homicídios na Adolescência* (IHA) de 2006, considerando a faixa etária de 12 a 18 anos de idade, aparecem quatro cidades mato-grossenses entre as 200 mais violenta para os adolescentes: Várzea Grande (33º), Cuiabá (36º), Sinop (145º) e Rondonópolis (168º).

Constata-se, a partir desses dados, que há cidades no Mato Grosso consideradas as mais violentas do país para a juventude. As crianças e os adolescentes são as maiores vítimas, os que mais sentem a violência nas suas formas mais cruéis — negligência, maus tratos, abuso e exploração sexual e homicídio.

O governo de Mato Grosso, a partir da primeira década do século XXI, tem desenvolvido ações públicas que visam prevenir e reduzir a violência provocada pelo lançamento, em março de 2002, no Estado, do Programa Social de Prevenção da Violência (PIAPS), objetivando combater as causas primárias da violência, atendendo, prioritariamente, a faixa etária de zero a 24 anos e suas famílias. No capítulo II que trata das medidas — cooperação entre os governos federal e estadual —, consta o Compromisso nº 11 - Intensificação das ações do programa nacional de direitos humanos cuja ação estratégica de nº 81 destina-se a combater a violência escolar.

Em 2003, assumiu o governo de Mato Grosso uma ampla coligação de partidos com concepções e ideologias diferentes, principalmente quanto à educação e à segurança. A Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) criou o serviço - Disque Denúncia – para receber denúncias da comunidade sobre irregularidades ocorridas nas escolas estaduais, e também receber denúncias sobre violência no ambiente escolar.

No ano de 2004, contatou-se a aproximação entre a SEDUC e a Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) para enfrentar os conflitos e a violência no ambiente escolar. Em janeiro daquele ano, ambas as Secretarias de Estado discutiram projetos de combate à violência e às drogas nos estabelecimentos públicos de ensino e em setembro, voltaram a discutir a violência nas escolas. A SEDUC promoveu um fórum para discutir a violência nos estabelecimentos de ensino, com a participação dos diretores e a SEJUSP. Na oportunidade, o Comandante Regional de Cuiabá anunciou a criação da Patrulha Escolar, disponibilizando, nos quatro batalhões, um núcleo de dez homens para atuar nas escolas com uma viatura e duas motos. A SEDUC, por sua vez, propôs a elaboração de um questionário a ser respondido pelos diretores de escola com o objetivo de subsidiar as políticas públicas de combate à violência escolar e orientar a atuação da polícia Civil e Militar.

O governo do estado de Mato Grosso, em 2005, através da SEDUC, implantou o planejamento estratégico, no qual o Programa Escola Ativa congregou 12 projetos voltados às áreas específicas, entre os quais se destacaram o projeto Aplauso e o projeto Abrindo o Jogo. O primeiro projeto, o Aplauso, tinha a finalidade de atender integralmente os alunos que possuíam histórico de abandono, reprovação e dificuldades na aprendizagem. Desenvolvido através de oficinas artísticas, culturais e esportivas visava incentivar a permanência do aluno na escola. Já, o projeto Abrindo o Jogo propunha-se a “estimular a prática do esporte com método de inclusão social e transformação da escola em espaço de construção da cidadania, com a abertura da mesma nos finais de semana e feriados à comunidade onde se

desenvolveriam atividades de cultura, arte, entretenimento, lazer e esporte”⁷. Nenhum desses projetos se destinava a tratar pontualmente dos conflitos e da violência na escola, embora pudessem, indiretamente, contribuir para reduzi-la. Houve, no período em pauta, e nos anos seguintes, a intensificação das parcerias – SEDUC e Comando Geral da PM –, reafirmando o patrulhamento e o policiamento nas escolas.

No mês de outubro de 2007, a SEDUC, SEJUSP, Ministério Público e Polícia Militar, implantaram o “Programa de Segurança, Disciplina e Qualidade Social nas Escolas”, objetivando, mais pontualmente, tratar da identificação dos índices de violência, situações de vulnerabilidade social e a elevação dos níveis de aprendizagem, além da proposição de medidas de redução e prevenção da violência no espaço escolar. Lentamente o programa foi sendo abandonado e desarticulado.

No ano de 2009 foi criada pela SEDUC, com o apoio da SEJUSP, a figura do Agente de Pátio, com a função de controlar a movimentação dos estudantes fora da sala de aula, intervir em casos de conflito, gerenciar crises, detectar, registrar e relatar à direção da escola possíveis situações de risco à integridade física das pessoas e dos bens públicos. Suas atribuições se assemelham ao cargo de vigia já existente, o que difere é o fato de o Agente de Pátio⁸ ser o elo dos órgãos da SEJUSP (polícia militar, polícia civil) na escola.

DISCUSSÃO

As ações, em Mato Grosso, destinadas ao enfrentamento dos conflitos e da violência no ambiente escolar, são programas e/ou projetos fragmentados e com ações descontínuas. Mais do que a SEDUC, a SEJUSP desenvolve projetos de enfrentamento da violência extensivos à escola, embora no interior dos estabelecimentos de ensino as ações que ocorrem se diferenciam daquelas que comumente são designadas por violência urbana. No ambiente escolar ocorrem com frequência, os conflitos pessoais, a indisciplina e a microviolência.

⁷ Site: <http://www.seduc.mt.gov.br/conteudo.php?sid=116&parent=53>

⁸ Este projeto [agentes de pátio] proporciona mecanismos para pronta resposta e produção de conhecimento que possibilitará a efetiva identificação de casos de violência como desenvolver uma conduta preventiva dentro das escolas, afirma a Diretora da Academia da Polícia. [...] Peço aos agentes de pátio para que anotem os casos ocorridos nas escolas e repassem à Polícia Civil, pois a DRE possui o Programa ‘De cara limpa contra as drogas’, que visa justamente combater o uso e o tráfico de entorpecentes, diz a Delegada da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (REWEL, 2009. Não paginado).

O conflito abarca da gozação ao crime, embora o homicídio e a lesão corporal não sejam ações frequentes nos estabelecimentos de ensino, mas nela também, como em todo lugar, podem ocorrer. Essa situação não demonstra a necessidade objetiva da presença dos agentes de segurança pública nas escolas. Nesse sentido, pergunta-se: o que justificaria a participação dos órgãos de segurança nas discussões, formulações e implantação das iniciativas (políticas) públicas de enfrentamento (prevenção e repressão) dos conflitos e da violência escolar ou mesmo a presença da instituição policial nas escolas públicas?

A partir de 2003, as ações da SEDUC, na elaboração de programas e projetos específicos e pontuais visando enfrentar os conflitos e a violência no ambiente escolar têm sido muito tímidas. Houve a intensificação de parcerias com setores da Segurança Pública, a aproximação com o Comando Geral da PM, reafirmando o patrulhamento e o policiamento nas escolas consentidos⁹ pelos dirigentes da SEDUC e pelos professores dos estabelecimentos de ensino, visando o controle da indisciplina, do comportamento e da conduta dos alunos.

É preciso destacar que a entrada de agentes de segurança na escola impõe ações diferenciadas das ações executadas pelos policiais militares de segurança frente à violência urbana. Na escola, trata-se com cidadãos em formação. O que parece é que há uma tendência em considerar os conflitos no interior da escola — envolvendo jovens identificados como indisciplinados, agressivos, considerados “maus alunos”— como caso de polícia¹⁰ mais do que um problema educacional, fato que poderia levar a crer que estar-se-ia criminalizando as ações dos jovens no interior da escola.

A presença policial tem sido legitimada pela mídia que ressalta a violência juvenil e reforça o senso comum da população sobre a juventude e a relação com o aumento da violência no estado e no país. Nesse sentido há o apoio da população que vê, nos projetos da segurança pública, desenvolvidos na escola ou não, o objetivo de tirar os futuros criminosos¹¹ das ruas, como são apontadas as crianças e adolescentes, muitos filhos de famílias carentes.

⁹ Conforme o comandante do CR II [município de Várzea Grande], a criação desse policiamento [policiamento ostensivo em escolas públicas] faz parte do plano de ação desenvolvido entre a Seduc e a PM (CAMPOS, 2012. Não paginado).

¹⁰ “Essa iniciativa [policiamento ostensivo em escolas públicas] é resultado de um trabalho árduo feito entre instituições de discussão de problemáticas como delinquência juvenil e desestrutura familiar, que são os principais fatores que contribuem para os registros de ocorrências delituosas praticadas nas nossas escolas e suas proximidades”, pontuou Albimarcia Espíndola assessora técnica de Secretaria de Estado de Educação (CAMPOS, 2012. Não paginado).

¹¹ “É preciso ouvir a comunidade, nós que estamos na ponta é que sabemos das dificuldades. Tem que fortalecer o trabalho policial com projetos e **ações sociais para tirar os futuros criminosos das ruas**, argumentou o Presidente do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG), Macsuelen Soares Carboneto, da região do CPA” (OLIVEIRA, 2009b. Não paginado. Grifo nosso).

Os projetos educacionais, desenvolvidos pela segurança, ocultam o objetivo de controle e vigilância sobre aqueles que a sociedade e a escola já condenaram como maus alunos, problemáticos, indisciplinados ou sobre os que se enquadram na condição de criminosos (crianças e adolescentes em conflito com a lei). Os projetos sociais desenvolvidos por setores da segurança não deixam de focar o eficientismo penal (a lei e a ordem), concentrando-se em ações repressivas¹².

A criminalidade e a violência são construções que se definem histórica e culturalmente, influenciando as várias concepções e visões sobre os problemas relacionados à segurança pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA, Paulo Sette. Defesa social e segurança pública. In: LEAL, César Barros; PIEDEDE JÚNIOR, Heitor. **A Violência Multifacetada: estudos sobre a violência e a segurança pública**. Belo Horizonte:Del Rey, 2003,p.343-359.

CAMPOS, Dana. PM de Várzea Grande implanta Policiamento Ostensivo em Escolas e Trânsito Urbano. **SECOM**. Editorial. Segurança Pública. 18 jun.,2012. Não paginado. Mídia, Notícias. Disponível em:< <http://www.mt.gov.br/conteudo.php?sid=178&cid=76913> >Acesso em: 21 jun.,2012.

DORNELLES, João Ricardo Wanderley. **Entre pombos e falcões: conflito e segurança pública no Rio de Janeiro**. 2001. 210p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ. 2001.

GOMES, Luiz Flávio. Medidas emergenciais contra a violência no Brasil. In: LEAL, César Barros; PIEDEDE JÚNIOR, Heitor. **A Violência Multifacetada: estudos sobre a violência e a segurança pública**.Belo Horizonte:Del Rey, 2003,p.295-306.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SPOSITO, Marilia Pontes. **Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil**. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 115, mar. 2002,p.101-138.Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100004&lng=pt&nrm=iso > Acesso em: 11 out., 2009.

GRAZIANO SOBRINHO, 2007. Disponível em:< <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Pesquisa.do?autor=S%E9rgio+Francisco+Carlos+Graz> >

¹² “Se a polícia estiver à frente de um projeto desse, a sociedade vai se sentir mais segura e resguardada. Para isso, vamos trabalhar com a educação e a prevenção. **Educar para não precisar prender, e prender quem não quiser compreender**” argumentou a Delegada adjunta da Delegacia Especializada de Repressão a Entorpecentes, Elaine Fernandes (OLIVEIRA, 2009a. Não paginado. Grifo nosso).

[iano+Sobrinho&tipoPesqAutor=T&assunto=&tipoPesqAssunto=T&ies=&tipoPesqIes=T&nivel=&anoBase=2007](#)> Acesso em: 15 mar., 2010)

GRAZIANO SOBRINHO, Sergio Francisco Carlos. **Globalização e sociedade de controle: a cultura do medo e o mercado da violência**. 2007. 267p. Tese (Doutorado em Direito). Pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. RJ. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA-IBGE. **Sinopse dos Resultados do Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>> Acesso em: 15 maio, 2010.

JESUS, Damásio Evangelista. Segurança pública: diagnóstico e prevenção. O panorama da criminalidade a partir da realidade da cidade de São Paulo-Brasil. In: LEAL, César Barros; PIEDEDE JÚNIOR, Heitor. **A Violência Multifacetada: estudos sobre a violência e a segurança pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p.41-80.

KAHN, TULIO. Panorama da criminalidade nos estados: uma tentativa de classificação e interpretação. In: BEATO FILHO Claudio; RAMOS, Silvia; ZACHI, José Marcelo; OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de; PASCHOAL, Janaína; BLANCO, Antonio Carlos Carballo; KAHN, Túlio. **Das políticas de Segurança Pública às políticas públicas de segurança**. São Paulo: ILANUD, 2002, p.107-127.

LEAL, César Barros; PIEDEDE JÚNIOR, Heitor. **A Violência Multifacetada: estudos sobre a violência e a segurança pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

MULLER, Jean-Marie. **O princípio de não-violência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt. Políticas Públicas de Segurança e políticas de Segurança pública: da teoria à prática. In: BEATO FILHO Claudio; RAMOS, Silvia; ZACHI, José Marcelo; OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de; PASCHOAL, Janaína; BLANCO, Antonio Carlos Carballo; KAHN, Túlio. **Das políticas de Segurança Pública às políticas públicas de segurança**. São Paulo: ILANUD, 2002, p.57-75.

OLIVEIRA, Luciene. Mato Grosso elegerá 45 representantes para Conferência Nacional de Segurança Pública. **SECOM**. Segurança Pública. 22 jul. 2009b. Não paginado. Mídia, Notícias. Disponível em: < <http://www.secom.mt.gov.br/imprime.php?cid=5273&sid=52>> Acesso em: 12 set., 2010.

OLIVEIRA, Luciene. Polícia Civil une forças para implantação do projeto De cara limpa contra as drogas. **SECOM**. Segurança Pública. 23 maio 2009a. Não paginado. Mídia, Notícias Disponível em: < <http://www.secom.mt.gov.br/imprime.php?cid=50848&sid=52>> Acesso em: 24 set., 2009.

PASCHOAL, Janaína C.; FERRARI, Eduardo Reale. Ficção X realidade: um pequeno ensaio sobre a otimização de políticas públicas de segurança. In: LEAL, César Barros; PIEDEDE JÚNIOR, Heitor. **A Violência Multifacetada: estudos sobre a violência e a segurança pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p.149-155.

PCNs. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Apresentação dos temas transversais – ética**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília:MEC,1997.

PIEADADE JÚNIOR, Heitor. Violência é sempre violência. In: LEAL, César Barros; PIEADADE JÚNIOR, Heitor. **A Violência Multifacetada: estudos sobre a violência e a segurança pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003,p. 219-237.

REWEL, Fabiane. Delegados de polícia participam de curso para agentes de pátio. **SEDUC**. 12 mar. 2009. Não paginado. Mídia, Notícias. Disponível em:<<http://www.seduc.mt.gov.br/conteudo.php?sid=20&cid=8577&parent=20>> Acesso em: 6 jun., 2010.

SABADELL, Ana Lúcia. O Conceito ampliado de segurança pública e a segurança das mulheres no debate alemão. In: LEAL, César Barros; PIEADADE JÚNIOR, Heitor. **A Violência Multifacetada: estudos sobre a violência e a segurança pública**. Belo Horizonte:Del Rey, 2003,p1-28.

TIELLET, Maria do Horto Salles; CORSETTI, Berenice. **A Unesco e a violência: políticas públicas e dimensões**. III Simpósio Internacional De Educação; Vi Fórum Nacional De Educação. Torres/RS. 2009.

TIELLET, Maria do Horto Salles. **As políticas públicas de redução e prevenção dos conflitos e da violência em ambiente escolar do estado de mato grosso, no período de 2003-2010, e os reflexos nas escolas estaduais do município de Cáceres. 2012. 362p**. Tese (Doutorado em Educação). Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.RS. 2012.

WASELFISZ, Jacobo. **Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil**. São Paulo, Brasil: Instituto Sangari. 2011.

WASELFISZ, Jacobo. **Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil**. São Paulo, Brasil.Instituto Sangari. 2010.

WASELFISZ, Jacobo. **Mapa da violência: os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro, Brasil: Instituto Ayrton Senna: Garamond: UNESCO: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1998.

ZACCHI, José MARCELO. Prevenção da violência: avanços e desafios na ordem do dia.In: BEATO FILHO Claudio;RAMOS, Silvia;ZACHI, José Marcelo; OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de;PASCHOAL, Janaína;BLANCO, Antonio Carlos Carballo; KAHN, Túlio. **Das políticas de Segurança Pública às políticas públicas de segurança**. São Paulo: ILANUD, 2002,p.41-56.